



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano IX - Nº 3318 23/03/2026

PL 5.874/2025 TRAZ AVANÇOS PARA EDUCAÇÃO, MAS AINDA DEIXA LACUNAS IMPORTANTES DOS SERVIDORES



O governo federal divulgou, em seu portal oficial, a aprovação do PL 5.874/2025 como um avanço para os técnicos-administrativos em educação. De fato, o projeto, aprovado pelo Senado no último dia 10 de março, incorpora algumas reivindicações históricas da categoria, como o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), mecanismo que permite valorização salarial com base na experiência profissional, além da possibilidade de jornadas diferenciadas, como o regime de turnos e o plantão em hospitais universitários.

Esses avanços estão diretamente relacionados ao Termo de Acordo nº 11/2024, firmado em 27 de junho de 2024 entre o governo federal, a Fasubra e o Sinasefe, após negociações na Mesa Específica e Temporária dos PCCTAE. O acordo previu a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para analisar a viabilidade técnica e jurídica das demandas apresentadas pelas entidades, deixando claro que a implementação dependeria desses estudos.

Mesmo com esses avanços, vale lembrar que o projeto aprovado não contemplou diversas reivindicações mais amplas do conjunto dos servidores federais. Como apontado pelas entidades sindicais, o texto final foi aprovado sem a incorporação das emendas apresentadas pelos representantes da categoria, o que mantém distorções salariais e desigualdades entre diferentes carreiras do Executivo.

A continuidade dessa pauta integra o calendário de lutas e reivindicações da Condsef/Fenadsef em 2026, que segue mobilizando a categoria na busca por correção dessas distorções e pela valorização do conjunto dos servidores públicos federais, com atos acontecendo em diversos órgãos, em todas as capitais e cidades do país, assim como a Marcha da Classe Trabalhadora, prevista para ocorrer no próximo dia 15 de abril.

FONASEFE DIVULGA NOTA PÚBLICA E ALERTA PARA RISCOS NA PROPOSTA DE NOVA LEI DE GESTÃO PÚBLICA

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) lançou, nesta quinta-feira, 19 de março, uma nota pública em que manifesta preocupação com a minuta do projeto da nova Lei Geral de Gestão Pública, em elaboração pelo governo federal. O documento aponta possíveis impactos negativos da proposta sobre a estrutura do Estado, o funcionamento dos serviços públicos e o regime jurídico dos servidores.

De acordo com as entidades sindicais, entre elas a Condsef/Fenadsef, pertencente ao Fonasefe, a proposta é apresentada como uma iniciativa de modernização administrativa, mas levanta uma série de pontos sensíveis. Um dos principais alertas diz respeito à ausência de debate público amplo com servidores, sindicatos e sociedade civil, o que, segundo o fórum, compromete a transparência e a construção democrática de mudanças estruturais no Estado.

Entre os aspectos mais críticos destacados na nota está a possibilidade de redução da atuação direta do Estado na execução de políticas públicas. A minuta prevê ampliação de parcerias com o setor privado e organizações da sociedade civil, o que, na avaliação das entidades, pode levar à transferência de responsabilidades do poder público para agentes externos, com risco de aumento da terceirização e perda de controle sobre a aplicação de recursos públicos.

Outro ponto levantado é o impacto da proposta sobre o regime jurídico dos servidores. A adoção de modelos mais flexíveis de gestão, com diferentes vínculos de trabalho, pode ampliar contratações temporárias e celetistas, reduzindo gradualmente a presença de servidores estatutários e comprometendo a estabilidade e a autonomia técnica necessárias à execução das políticas públicas.

Diante desse cenário, as entidades solicitam esclarecimentos formais ao MGI em Serviços Públicos sobre os efeitos da proposta, especialmente quanto à manutenção do concurso público, aos impactos no regime jurídico e às garantias de que não haverá privatização indireta dos serviços públicos.

Na nota, o Fonasefe reforça que é favorável à melhoria contínua da gestão pública, mas defende que qualquer mudança deve ocorrer de forma transparente, com participação social e respeito aos princípios constitucionais. As entidades alertam que, sem esse processo, propostas de modernização podem enfraquecer o Estado brasileiro.



Para saber mais acesse
 as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação

Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos

Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)

Estagiária de comunicação: Mariah Salvatore

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO